

Passivo é de 3,8 bilhões, afirma técnico

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

Ao depor ontem na CPI da Câmara que estuda o endividamento externo, o professor Dércio Garcia Munhoz, da UnB, afirmou que o passivo a descoberto do Brasil é hoje de 3,8 bilhões de dólares e não de 2,5 bilhões, como informa o governo. Ele sugeriu que o País, para equacionar o pagamento de sua dívida, deve propor-se a pagar uma taxa de juros de no máximo 5% ao ano e intensificar suas relações comerciais com o Exterior.

Munhoz sugeriu também a obtenção de empréstimos automáticos para os próximos dois anos, capazes de atender o serviço da dívida, ao lado da retomada do desenvolvimento. Desaconselhou a formação de um cartel de devedores, bem como a moratória unilateral, observando que, em vez de um rompimento com o FMI e o mercado financeiro internacional, o Brasil deve chamar a atenção dos credores para a conveniência de uma negociação política mais flexível do que o sistema imposto pelo Fundo.

O professor iniciou seu depoimento historiando a dívida externa a partir de 1974, com a elevação do preço do petróleo. Acentuou que o problema se agravou em curto prazo com as importações especulativas e desnecessárias exigidas para a obtenção de empréstimos em moeda, qualificando de "tragicômicas" as atitudes adotadas pelo governo em 1979/1980, quando foram realizados projetos de última hora com a finalidade única de conseguir dinheiro.

Munhoz lembrou que a recessão teve início em 1980, quando os bancos não mais financiaram sem a contrapartida de medidas internas. Criticou a tentativa do governo de encobrir a realidade em 1981/82, quando foram contratados empréstimos a curto prazo não contabilizados. Sublinhou que o País paga os **spreads** mais altos do mundo e considerou a insolvência como fato latente.